

ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA OCUPAÇÃO NOVA CONQUISTA EM PARINTINS-AM: DIREITO À MORADIA

SOCIO-SPATIAL ORGANIZATION OF THE NOVA CONQUISTA OCCUPATION IN PARINTINS-AM: RIGHT TO HOUSING

ORGANIZACIÓN SOCIOESPACIAL DE LA OCUPACIÓN NOVA CONQUISTA EN PAINTINS-AM: DERECHO A LA VIVIENDA

Valdenize Sarmiento Pinto¹
Edelson Gonçalves Marques²
José Camilo R. de Souza³

RESUMO

Nas últimas décadas houveram várias ocupações no município de Parintins. Para entender esse processo, da organização e dos desafios por um local para morar o presente trabalho descreve o modo de como surgiu, se organizou e se constituiu como assentamento a ocupação. A fragilidade das políticas públicas habitacionais no município de Parintins, obriga famílias de baixa renda a recorrerem as ocupações irregulares. O presente trabalho apresenta a organização socioespacial da ocupação Nova Conquista e os desafios enfrentados pelos moradores. Essa pesquisa teve como objetivo geral, compreender as transformações socioespaciais da Ocupação Nova Conquista, em Parintins-AM. Tendo como objetivos específicos, identificar o processo organizacional do espaço ocupado a partir das ruas e casas; verificar as condições socioeconômica a partir dos tipos de residências; analisar os aspectos positivos e negativos quanto à ocupação/moradia. O método foi indutivo, quanto a natureza da pesquisa básica, seguido dos objetivos descritivos observacionais. Os procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. Dentre os resultados, observou-se a organização da comunidade e ações sociais que fortalecem o movimento, a fragilidade das habitações, as doenças oriundas pela falta de saneamento básico e a falta de atendimento médico, assim como outros serviços essenciais às condições de vida dos moradores. Ficou evidente a necessidade do poder público direcionar atenção às famílias de baixa renda da localidade. Sendo importante promover programas habitacionais e políticas públicas voltadas para melhorar as condições de vida dessas pessoas, proporcionando oportunidades em áreas fundamentais como emprego, educação, saúde e lazer.

¹ Universidade Estado do Amazonas, Licenciatura em Geografia, Parintins-AM, Brasil.

² Universidade do Estado do Amazonas, Mestre em Recursos Hídricos ProfÁgua, Parintins-AM, Brasil.

³ Universidade do Estado do Amazonas, Professor Dr. Adjunto do Curso de Geografia, Parintins-AM, Brasil.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas públicas; Ocupação irregular; Famílias de baixa renda.

ABSTRACT

In recent decades there have been several occupations in the municipality of Parintins. To understand this process, the organization and the challenges of a place to live, this work describes how the occupation emerged, was organized and constituted as a settlement. The fragility of public housing policies in the Municipality of Parintins forces low-income families to resort to irregular occupations. The work presents the socio-spatial organization of the Nova Conquista occupation and the challenges faced by the residents. The research had the general objective of understanding the socio-spatial transformations of Ocupação Nova Conquista, in Parintins-AM. With specific objectives, identifying the organizational process of the space occupied from streets and houses; verify socio-economic conditions based on types of residences; analyze the positive and negative aspects regarding occupation/housing. The method was inductive, regarding the nature of basic research, followed by observational descriptive objectives. Bibliographic and documentary research procedures. Among the results, we observed the organization of the community and social actions that strengthen the movement, the fragility of housing, diseases arising from the lack of basic sanitation and the lack of medical care, as well as other services essential to the quality of life of residents. . The need for public authorities to direct attention to low-income families in the locality became evident. It is important to promote housing programs and public policies aimed at improving the quality of life of these people by providing opportunities in fundamental areas such as employment, education, health and leisure.

KEYWORDS: Public policies; irregular occupation; Low-income families.

RESUMEN

En las últimas décadas há habido varias ocupaciones en el municipio de Parintins. Para comprender este proceso, la organización y los desafíos de un lugar para vivir, este trabajo describe cómo surgió, se organizó y se constituyó la ocupación como asentamiento. La fragilidad de las políticas públicas de vivienda en el municipio de Parintins obliga a las familias de bajos ingresos a recurrir a ocupaciones irregulares. El trabajo presenta la organización socioespacial de la ocupación de Nova Conquista y los desafíos que enfrentan los residentes. La investigación tuvo como objetivo general comprender las transformaciones socioespaciales de la Ocupação Nova Conquista, en Parintins-AM. Con objetivos específicos, identificar el proceso organizativo del espacio ocupado por calles y viviendas; verificar las condiciones socioeconómicas según los tipos de residencia; Analizar los aspectos positivos y negativos en cuanto a ocupación/vivienda. El método fue inductivo, en cuanto a la naturaleza de la investigación básica, seguido de objetivos descriptivos observacionales. Procedimientos de investigación bibliográfica y documental. Entre los resultados, observamos la

organización de la comunidad y acciones sociales que fortalecen el movimiento, la fragilidad de la vivienda, las enfermedades derivadas de la falta de saneamiento básico y la falta de atención médica, así como otros servicios esenciales para la calidad de vida de residentes. Se hizo evidente la necesidad de que las autoridades públicas dirigieran la atención a las familias de bajos ingresos de la localidad. Es importante impulsar programas de vivienda y políticas públicas encaminadas a mejorar la calidad de vida de estas personas, brindándoles oportunidades en áreas fundamentales como el empleo, la educación, la salud y el ocio.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas; Ocupación irregular; Familias de escasos recursos.

INTRODUÇÃO

O município de Parintins enfrenta dificuldades na implementação do direito à moradia. Apesar da existência do projeto “Minha Casa, Minha Vida”, sua conclusão não ocorreu, resultando que as casas inacabadas foram ocupadas pelas famílias de baixa renda, assim como uma área que pertencia ao município foi apossada pelos integrantes do movimento.

O presente trabalho relata a luta de famílias que buscam por uma moradia digna por parte daqueles que não possuem renda suficiente para arcar com uma habitação adequada. Essa luta reflete a realidade de muitas famílias da ocupação Nova Conquista que enfrentam diariamente desafios para garantir um lar adequado e uma casa própria.

A pesquisa teve como objetivo geral, compreender as transformações socioespaciais da Ocupação Nova Conquista, em Parintins no Amazonas. Quanto aos específicos, foram: identificar o processo organizacional do espaço ocupado a partir das ruas e casas; verificar as condições socioeconômica a partir dos tipos de residências; analisar os aspectos positivos e negativos quanto à ocupação/moradia.

Os resultados foram obtidos por meio do método indutivo, a natureza da pesquisa é a básica, com objetivos descritivos, os procedimentos técnicos envolveram a análise de fontes bibliográficas e documental.

O trabalho está dividido em três momentos: o primeiro consiste na análise de autores que contemplam essa temática relacionada as ocupações irregulares, visando compreender as diferentes perspectivas e contribuições teóricas que permeiam o assunto, fornecendo um embasamento consistente para a investigação.

O segundo momento, aborda a ocupação Nova Conquista, área central da pesquisa. Como surgiu o movimento, desde sua concepção inicial até as etapas que levaram a ocupação efetiva do terreno. Exposto o processo de organização do movimento, incluindo a forma como o grupo se organizou em relação à distribuição de lotes e construção das casas, bem como a organização espacial da ocupação.

Quanto as condições financeiras das famílias que residem na ocupação, destacamos a vulnerabilidade das habitações devido aos recursos financeiros limitados, a dependência de auxílios governamentais e o índice de desemprego na cidade de Parintins, oferecendo um panorama das dificuldades enfrentadas por essas famílias que moram na ocupação Nova Conquista.

O impacto na saúde das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade na localidade, devido à falta de infraestrutura, como a ausência de pavimentação nas ruas e carência de saneamento básico, juntamente com a questão da alimentação inadequada, são fatores que contribuem para o surgimento de doenças, incluindo problemas gastrointestinal e outras condições de saúde. Essa análise busca compreender as interações entre as condições de vida e saúde dessas famílias.

No terceiro momento, será destacada a resiliência das famílias que, apesar das dificuldades perseveraram na luta por uma moradia digna, por intermédio da associação foi possível buscar melhorias para as condições de vida desses moradores. É crucial que o poder público atue de forma efetiva para solucionar esses problemas, pois essas famílias não escolheram estar na ocupação, mas enfrentam a falta de recursos financeiros para adquirir uma habitação.

Nos resultados alcançados constatou-se que é fundamental o poder público adotar um olhar mais atento em relação a essas famílias de baixa renda, implementando um conjunto integrado de ações capazes de romper o ciclo de exclusão e marginalização, oferecendo oportunidades reais de desenvolvimento e inclusão social para as famílias que residem na Ocupação Nova Conquista.

EMBASAMENTO TEÓRICO

O problema de moradias no Brasil iniciou no começo da industrialização, quando se dá a divisão da riqueza e do poder consagrado pela lei de Sesmarias, criada pelo rei

português Dom Fernando I, em 1375, onde definia quem podia ser proprietário de terra e quem não podia.

Existem diversos fatores que ocasionam o déficit habitacional no país, sendo um dos fatores principais a desigualdade social, resultando em uma má distribuição de recursos e oportunidades. As famílias de baixa renda não tem uma condição financeira para adquirir uma moradia adequada no mercado imobiliário, pois muitas dessas famílias sobrevivem apenas com um salário mínimo ou benefícios governamentais, outras nem isso tem.

Segundo Rodrigues (1991, p. 42) “a falta de alternativas sucessivas do onde e do como morar, torna frequente uma outra maneira de tentar solucionar esta questão: a ocupação de terras nas cidades”. Nesse sentido a população busca seus espaços para moradia procurando alternativas nas ocupações das terras ociosas.

Com a falta de opção de moradias muitas famílias invadem áreas públicas ou privadas para construir casas improvisadas, essas ocupações ocorrem pela falta de opções habitacionais acessíveis. Os baixos salários afetam a capacidade das pessoas de conseguirem sua casa própria, pois, o planejamento financeiro determina as condições de moradia que vai além das suas necessidades básicas (Carlos, 2015, p.107).

As ocupações apresentam grandes desafios para essas pessoas, como, a falta de infraestrutura, de serviços básicos e de segurança. Para Corrêa (1989, p.79) “os processos sociais que definem e redefinem uma rede urbana não atuam por igual em toda a sua extensão”. Porém, é uma forma de busca dessas famílias por uma moradia, uma luta pela sobrevivência e cidadania.

Todas as pessoas tem direito à cidade e isso vai além do acesso ao espaço físico urbano, independentemente de sua renda, origem étnica, gênero ou qualquer outra característica. Para Lefebvre (2001, p. 54) “As discontinuidades não se situam apenas entre as formações urbanas, mas também entre as relações sociais mais gerais, entre as relações imediatas dos indivíduos e dos grupos”.

Além do direito a cidade os cidadãos tem direito à moradia, de acordo com a Constituição Federal em seu art. 6º. “É dever do Estado executar através de políticas públicas intervir nas relações sociais voltada a diminuição da miséria e das desigualdades

sociais, resguardando o direito direcionado pelo princípio da justiça social” (BRASIL, 1988, p.18).

Um fator importante para a desigualdade é a distribuição de renda e os baixos salários que uma parcela da população recebe, não sendo suficiente para a compra de seus imóveis, servindo apenas para os elementos básicos como alimentação e outros produtos de consumo diário.

O desenvolvimento é decorrência da divisão do trabalho na sociedade entre as “parcelas” do espaço, em função do processo de reprodução do capital, que torna necessário uma subdivisão cada vez mais imbricada de operações entre as diversas etapas do processo produtivo, aprofundando a subordinação espacial, na medida em que o capitalismo continua a se desenvolver com tendências à concentração e à monopolização, em suas variadas formas” (Carlos, 2008, p. 40).

A desigualdade social está relacionada ao aprofundamento da divisão do trabalho na sociedade, sendo impulsionado pelo processo de reprodução do capital. O processo de subordinação espacial tem como consequência a criação de áreas privilegiadas, onde ficam concentrados o centro de produção, os investimentos e recursos, enquanto outras áreas são esquecidas e vistas como locais marginalizados e deixados em condições precárias, gerando disparidades socioeconômicas em diferentes partes do espaço.

A cidade de Parintins teve um crescimento populacional acelerado no ano de 1992 e com isso ocorreu o surgimento da primeira ocupação irregular onde famílias que viviam em residências improvisadas nos quintais, com seus familiares na mesma moradia ou viviam de aluguel e que já não conseguiam se manter, adentraram na fazenda Itaúna do senhor Paulo Corrêa e ocuparam a área. (Menezes, 2018, p. 03).

Rodrigues (1991, p. 46) faz uma análise sobre a criação de favelas e ocupações na cidade e diz que estas ocorrem pela impossibilidade de pagar o preço da terra/casa em função dos baixos salários. Nesse contexto as famílias da referida ocupação não tinham condições financeiras para adquirir uma moradia devido aos baixos salários, levando as mesmas a ocuparem a fazenda Itaúna.

A questão habitacional vem se constituindo em um problema significativo nas cidades, principalmente para aquelas que nos últimos anos

alcançaram um notável crescimento demográfico. A formação dos espaços segregados revela que as contradições urbanas colocaram na agenda do Estado a necessidade de uma intervenção por meio de uma política pública de habitação (Menezes, 2018, p. 6).

Nesse sentido, as cidades devem planejar suas infraestruturas e expansão urbana em seu Plano Diretor, de forma que contemple as habitações populares que beneficie as pessoas que não tem como garantir um imóvel com sua renda própria.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para se obter o desenvolvimento da pesquisa e conseguir abarcar os objetivos apresentados, o referente trabalho tem como característica, o método da pesquisa indutivo, segundo Marconi & Lakatos (2018, p. 107), “a aproximação caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias”.

Quanto a natureza da pesquisa, é a básica que tem como objetivo gerar novos conhecimentos para o avanço da ciência, seguido dos objetivos de cunho descritivo observacional onde o pesquisador somente registra e descreve o que observou durante a ida a campo, analisa e ordena os dados coletados.

Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa bibliográfica, na qual o pesquisador busca trabalhos publicados relevantes para o conhecimento do tema problema da pesquisa a ser realizada, assim como uma pesquisa documental para coleta de dados nos órgãos municipais (Prodanov e Freitas, 2013, p. 54 e 55).

O município de Parintins configura-se como uma cidade de porte médio, localizada na margem direita do Rio Amazonas e distante 369 km da Capital do Estado, Manaus. Possui uma área territorial de 5.956,047 km², com uma densidade demográfica de 16,18 hab./km² (IBGE, 2022).

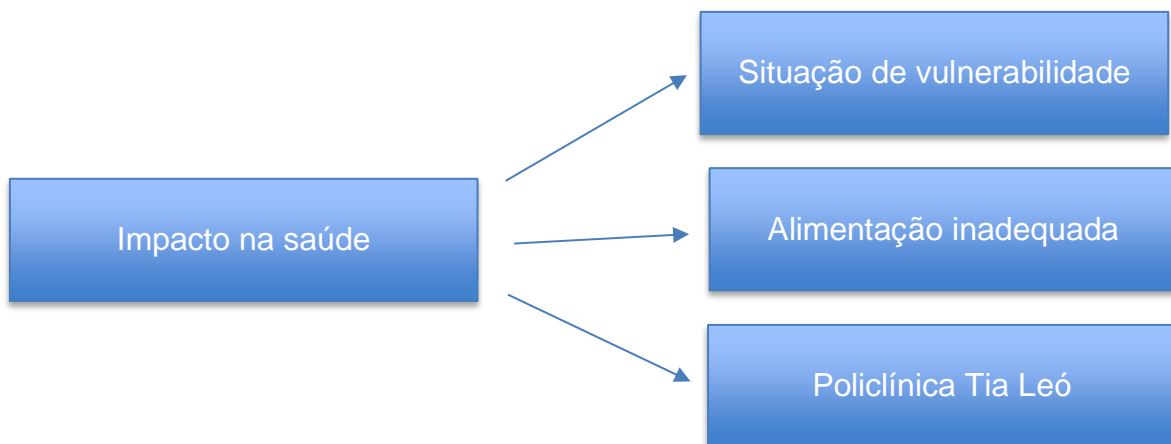
Seu principal meio de transporte para de chegar na cidade, são as embarcações fluviais, que levam em média 24 horas de barco e 10 horas de lancha, de viagem, também, existe aeroporto que tem voos alternados na semana, com apenas três dias.

Figura 1: Localização da área de estudo



Fonte: Imagem Google Earth, 2024. (22/01/24) Org. Valdenize Sarmento

O fluxograma apresenta uma síntese do trabalho, abordando o impacto na família, a situação de vulnerabilidade socioeconômica e a falta de infraestrutura, assim como, a organização social dos moradores e suas ações, suas principais lutas e reivindicações, a resiliência dos ocupantes para a organização espacial e melhoria de condições.





Através da associação dos moradores, essas famílias tem demonstrado resiliência, apesar das muitas dificuldades do dia a dia, buscando modificar seu espaço e suas moradias dentro de seus limites. Mesmo diante das adversidades, eles encontram forças para transformar suas realidades.

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

Para se chegar aos objetivos desse estudo, foram realizadas algumas pesquisas de campo com o intuito de se obter um contato direto na área de estudo por meio da técnica de observação e de coleta informal, onde foi constatado as condições socioeconômicas dessas famílias a partir do tipo de residência e o modo como essas pessoas se organizam enquanto ocupação.

No dia 22 de novembro de 2023, foi feita visita *in loco* com observação direta na área de estudo, onde houve uma conversa informal com o presidente da Associação de Moradores local com intuito de conhecer melhor como se originou o movimento e, no dia 12 de janeiro de 2024, houve contato com a organização da ocupação, na oportunidade foi coletada informações sobre a situação socioeconômica, através do cadastro fornecido pelos mesmos.

A última visita ocorreu no dia 27 de janeiro de 2024, para observar a infraestrutura do bairro e as características das residências. Realizou-se também, uma visita na Policlínica Tia Leó, localizada no bairro Djard Vieira, para coletar informações referente a saúde dos moradores da ocupação, pois é a Unidade Básica de Saúde - UBS que atende a demanda local.

Foi utilizado o aparelho celular para tirar fotos e registrar informações importantes durante a pesquisa. Além disso, para observações mais detalhadas utilizou-se o caderno de anotações, garantindo o registro de informações relevantes.

O DESAFIO DO DIREITO À MORADIA

As ocupações em Parintins tiveram relevância para a expansão da área urbana. Vários bairros foram organizados através de movimentos populares que se concretizaram na organização e formação por meio da apropriação de terrenos privados. A pesquisa se volta para uma ocupação denominada de Nova Conquista localizada na zona oeste da cidade.

Em 1992 ocorreu o primeiro processo de ocupação irregular no município de Parintins no Amazonas, por famílias de baixa renda, esse grupo de pessoas tiveram apoio de lideranças políticas, religiosas e movimentos sociais, dando início a ocupação no terreno do senhor Paulo Corrêa denominada de Fazenda Itaúna, localizada no sentido norte/sul da cidade. A partir desse contexto surgiram outras ocupações irregulares resultando na criação de outros bairros da cidade, Itaúna 2, Paulo Corrêa e Bairro da União. (Menezes, 2018).

Para acontecer a ocupação da área pesquisada, foi através de um movimento que surgiu de um grupo de cinco pessoas que planejaram ocupar as terras denominadas Castanhal, porém, com a opinião de um dos líderes do movimento sugeriu um outro local,

pois a localidade era uma área de preservação e existiam várias castanheiras. Esse movimento ganhou força pois, existiam várias pessoas sem moradia e que souberam da ação que estava sendo organizada pela liderança.

Assim, decidiram ocupar as terras que a prefeitura negociou com o empresário Manoel Esteves para construir 50 casas do projeto “Minha casa, minha vida” do Governo Federal em convênio com a prefeitura de Parintins que até o momento encontravam-se inacabadas. As casas foram ocupadas pelas famílias de baixa renda que moravam em casas alugadas, em uma mesma residência com familiares ou em pequenas casas improvisadas nos quintais.

Para identificar de onde os moradores da ocupação são originários, foi feita uma visita em 36 residências das 273 famílias, tendo uma porcentagem de 13% do total das residências na ocupação, com isso, se teve uma média. No qual constatou que a maioria das pessoas são oriundas da cidade de Parintins. Como apresenta o Quadro 1:

Quadro 1: Origem das famílias na ocupação Nova Conquista

Nº de família	36	Com outra Família	Aluguel	No quintal residência
Parintins	27	26	6	4
Outra cidade	3	-	-	-
Zona Rural	6	-	-	-

Fonte: Valdenize Sarmiento, 2024

Nesse sentido, constatou-se que 27 pessoas que residem na ocupação são de Parintins, 03 pessoas são vindas de outra cidade e 6 pessoas da Zona Rural, sendo que 26 pessoas moravam junto com a família, 6 pessoas de aluguel e 4 pessoas em uma casa improvisada no quintal da residência de seus pais.

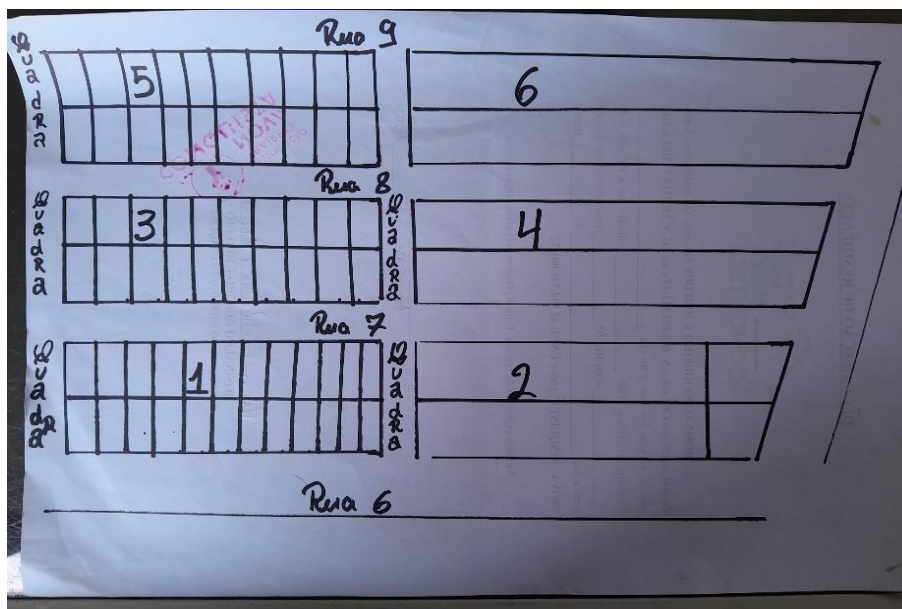
Na ocupação existem 273 famílias, sendo que 50 famílias ocuparam as casas do referido programa e outras foram pelas ocupações dos lotes criados pelas pessoas do movimento de apropriação da terra, que se instalaram na área de propriedade da prefeitura.

Os líderes do movimento (re)organizaram o espaço juntamente com as famílias, começando pela delimitação dos lotes para que os ocupantes pudessem construir seus barracos, utilizando plásticos, palha extraído da vegetação da área do areal e madeiras usadas como reaproveitamento e as ruas foram projetadas pelos próprios moradores. De acordo com Rodrigues (1991, p. 45) moradores de ocupações irregulares obedecem ao que se chama de padrão urbanístico: largura de ruas, lotes e muita solidariedade.

No primeiro momento os familiares pela falta de energia e água, passavam apenas o dia nos seus lotes, mas com o passar do tempo começaram a residir em suas casas (barracos), pois havia um medo de seus lotes serem ocupados por outros, ou, doados para outras famílias pelos líderes do movimento.

A organização espacial dos lotes, estava planejado de acordo com as residências do projeto do governo federal que mediam 10x30. Pois, as ruas já existiam e estavam dentro do planejamento urbano da cidade. No entanto houve uma diminuição dos lotes para 7m de frente por 30m de fundo, isso ocasionou um maior número de famílias assentadas e também, o padrão da metragem das ruas. Como se observa na Figura 2.

Figura 2: Organização das quadras da rua da ocupação (croquis)



Fonte: Documento da Associação dos Moradores.

Um outro fator importante foi que não houve áreas reservadas para lazer, praças, escolas, igrejas, postos de saúde e outras instituições públicas, até mesmo uma área

para as reuniões do movimento. Até o presente momento não há espaço para construção de determinadas atividades sociais, religiosas e públicas.

Segundo Rodrigues (1991, p.43) as ocupações se organizam em uma mobilização planejada anteriormente “as construções embora de responsabilidade de cada família ocupante, são realizadas em verdadeiros mutirões”. Sendo que cada família procura um determinado espaço para se acomodar dentro do que se define as quadras.

Esses movimentos vão em contrário o que se define no Plano Diretor do Município, visto que, a Lei Municipal N° 375/2006 Art. 14. Dispõem que “A Política Municipal de Habitação tem por objetivo democratizar o acesso a moradia, em condições adequadas de habitabilidade, priorizando os segmentos sociais menos favorecidos” (Parintins, 2006, p. 7). Dentro dos processos de regulamentação normativa e urbanística é dever do Município se empenhar em implementar e concluir programas de habitação para suprir a necessidade de famílias de baixa renda.

A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS

As condições financeiras das famílias afetam diretamente na saúde, no modo social e de lazer da realidade das 273 famílias que residem na ocupação. Sem condições de fazer melhorias em suas residências, a maioria das casas são de madeiras improvisadas com material de mínima qualidade, com apenas um cômodo, isso retarda na falta de privacidade e de melhor conforto para os moradores.

Os quintais na maioria são protegidos por cercas de madeiras, onde marcam seus limites com os vizinhos. Não são calçados com cimentos, deixando suas residências vulneráveis para os microrganismos patogênicos, pois as águas servidas são despejadas para a rua em valas (regos) a céu aberto. Além das lamas no período de chuvas onde as crianças geralmente brincam com os animais ficando vulneráveis as micoses e doenças de veiculação hídrica.

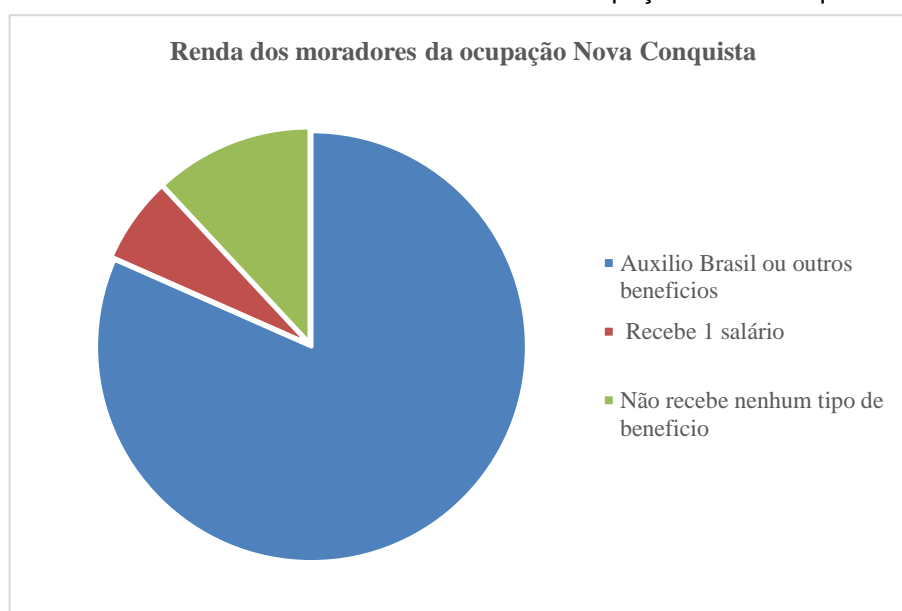
Os banheiros são construídos fora das residências de forma improvisada, conhecidos como fossa negra, são feitos cavando-se um buraco no solo medindo 1,80x4m² sem revestimento interno, coberto por uma pequena edificação de madeira.

Algumas residências moram mais de uma família, formadas depois da ocupação. São filhos ou filhas que constituíram família (união estável) e vivem em quartos

separados, tendo uma relação de parentesco. Isso causa conflitos familiares, incômodos entre filhos que, em alguns casos, já constroem sua casa no quintal. Formando um novo ciclo familiar.

De acordo com informações de cadastro dos moradores na associação, foi possível verificar o modo de renda financeira das famílias e qual a atual situação econômica desses moradores, refletindo na realidade e no modo de vida de suas famílias. Como identificado no Gráfico 01.

Gráfico 01: Renda dos moradores da Ocupação Nova Conquista



Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2023. Org. Valdenize Sarmento.

No formulário socioeconômico organizado pela Associação dos Moradores, para fins de regularização do cadastro das famílias, constatou-se que 82% dessas famílias dependem de benefícios sociais como o Auxílio Brasil ou outros programas governamentais, 6% são assalariados e recebem 01 salário mínimo, 12% não recebem nenhum tipo de benefício governamental. Sendo que para garantir a renda familiar, trabalham em empregos informais, como pedreiro, domésticas, padeiro, pintor e pequenos empreendimentos.

Essa remuneração chega a ser em sua maioria abaixo de um salário mínimo, então as famílias enfrentam os desafios para obter uma renda suficiente para atender as necessidades básicas do dia a dia. Por terem uma renda baixa eles não têm a

oportunidade de ter acesso a determinados bens e serviços, como, comprar um terreno, ter uma moradia adequada com segurança e conforto, serviços de saúde de qualidade, educação, sendo de extrema importância para sua sobrevivência e qualidade de vida.

Segundo (IBGE, 2021) apenas 7,16% da população trabalha no regime formal, isso demonstra a realidade das famílias e como reflete nas ocupações em Parintins, o índice muito alto de pessoas desempregadas na cidade, que vivem do trabalho informal, tendo que sobreviver com a renda abaixo de um salário mínimo.

Souza argumenta (2013, p. 115) que o município de Parintins tem grande escassez de emprego e boa parte da população é de baixa renda, com isso parte dos moradores dependem quase que completamente de programas assistenciais do Estado e apesar desses programas muitas famílias vivem em condições precárias, em alguns bairros o cenário se torna ainda pior, renda com níveis baixíssimos torna dificultoso a aquisição de bens e serviços necessários para se ter uma vida digna.

O IMPACTO NA SAÚDE DOS MORADORES QUE VIVEM EM SITUAÇÃO VULNERÁVEL

As condições habitacionais revelam grande risco a saúde dessas famílias, as circunstâncias precárias de vida desses moradores, a falta de infraestrutura, incluindo a ausência de ruas asfaltadas, saneamento básico e problemas na coleta de lixo, contribui para um ambiente propício ao surgimento de doenças.

A maioria das famílias enfrentam desafios significativos em relação à alimentação, devido às limitações financeiras, tornando mais difícil o acesso a alimentos saudáveis, levando as mesmas a optar por uma alimentação baseada em gêneros alimentícios no consumo de produtos industrializados, como salsicha, calabresa, enlatados, bolachas.

O consumo dos alimentos processados e ultraprocessados aumentam o risco de doenças do aparelho gastrointestinal, sendo elas, a síndrome de intestino irritável, constipação, diarreia e dispepsia. Os principais fatores que podem desencadeá-las são estresse emocional e alimentação industrializada, especialmente devido ao uso de conservantes e corantes artificiais (Pinto e Costa, 2021, p. 6).

Desta forma os alimentos consumidos pelas famílias na ocupação em sua maioria são industrializados, as condições financeiras levam as pessoas a comprar gêneros alimentícios e não alimentos, pois os preços são menores, o que leva ao planejamento financeiro a manter o controle na situação econômica ou em muitos casos a comer produtos com valor mais baixo.

De acordo com informações coletadas na Policlínica Tia Leó, localizado no bairro Djard Vieira em Parintins no Amazonas, a ocupação Nova Conquista é considerada uma área descoberta, ou seja, não se tem uma unidade básica de saúde de referência, com isso os residentes da ocupação não têm acesso a saúde em qualquer Unidade Básica de Saúde (UBS) da cidade.

A Policlínica Tia Leó por estar localizada próximo da área de estudo é quem atende à demanda da referida ocupação, as famílias não são uma população adscrita (População que não está dentro do território da UBS) por esse motivo eles não tem acesso ao Agente Comunitário de Saúde (ACS), com isso essa parcela da população não tem direito aos serviços que esse profissional pode proporcionar aos demais.

São vários os motivos de saúde que levam a procura de atendimento médico pelos residentes, como: a diarreia crônica, principalmente em crianças, as doenças dermatológicas, como micoses pelo corpo, por estarem expostos a ambientes precários, problema grave é a desnutrição de crianças e idosos, isso se deve pela falta de alimentos nutritivos que possam complementar a sua alimentação, tal como frutas, carnes, legumes e outros.

Azeredo et al (2007, p.193) faz uma reflexão sobre o conceito de habitação saudável, em que o mesmo destaca a habitação como agente de saúde, ressaltando que a qualidade da moradia está diretamente relacionada a saúde dos moradores, eles enfatizam que essa relação vai além das condições físicas de habitação e se estende ao território geográfico e o social em que está inserida, tal como a educação, saúde dos moradores e outras características do contexto.

OS ASPECTOS DO CRESCIMENTO ORGANIZACIONAL DA OCUPAÇÃO

A falta de políticas habitacionais, tem levado a população a procurar alternativas em busca de um local para morar. A ocupação irregular é uma possibilidade de oferecer

um lar as famílias de baixa renda que de outra forma não teriam acesso a habitação por falta de recursos financeiros.

Nesse sentido, as ocupações surgem como uma resposta à falta de moradia acessível e ao déficit habitacional. Parintins foi contemplada com o projeto de construção de casa populares pelo programa “Minha casa minha vida”, porém não foi finalizada a construção, o que incentivou os moradores a ocuparem as casas que se encontravam abandonadas pelo poder público.

Em busca de melhorias, os líderes da ocupação procuram realizar ações sociais que pudessem dar dignidade e manter as relações comunitárias, unindo seus associados. Nesse contexto, a associação criou o projeto intitulado “Por um dia das crianças mais feliz” patrocinado por colaboradores, que visa proporcionar alegria às crianças por meio de doações, tanto de guloseimas quanto de brinquedos, essa iniciativa garantiu que as crianças desfrutem de presentes especiais e momentos felizes, independente das limitações financeiras de suas famílias.

Da mesma forma, há um outro projeto voltado para o dia das crianças intitulado “Crianças Conquistando Sonhos” criado por um grupo de moradores, este projeto inclui a presença de um boizinho chamado “Inchiridinho”, que é utilizado para arrecadar fundos destinados ao evento do Dia das Crianças. O boizinho é uma representação mirim que envolve os jovens, como uma alternativa positiva de tirá-los da ociosidade e dos perigos de entrarem no mundo das drogas e outros atos ilícitos.

Nos dias atuais a ocupação já dispõe de uma associação dos moradores, que está incluída no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em parceria com a Secretaria Municipal Assistência Social (SEMAST), onde compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar.

Por meio da associação foi possível buscar parcerias para melhorar a qualidade de vida dessas famílias, bem como, realizar ações solidárias com médicos, enfermeiros, dentistas. Além de entregas de cestas básicas por intermédio da SEMAST, contribuindo para o bem estar e o apoio humanitário dentro da ocupação.

A associação reivindicou ao poder público a reativação do poço do SAAE (Serviço Autônomo de água e Esgoto) localizado dentro da ocupação. Como resultado foram enviados servidores públicos do SAAE para inspecionar e limpar o poço,

garantindo que os moradores pudessem consumir a água. Sendo reivindicado também a regularização da energia elétrica à empresa Amazonas Energia e ao município, que aceitou a solicitação, resultando na regularização da energia.

A ocupação também está envolvida na Copa Interbairros de futsal e futebol de campo, masculino, feminino e infantil. Além de propiciar entretenimento a esses jovens e crianças, essa competição oferece oportunidades para esses moradores se envolverem em atividades saudáveis e não serem resgatados pelo tráfico de drogas.

Visto que, no início da ocupação os moradores enfrentaram grande dificuldade relacionado ao tráfico de drogas e roubos, representando uma ameaça constante a segurança dos mesmos, além disso os roubos frequentes criaram um clima de medo e insegurança, tornando difícil para as famílias se sentirem protegidas em seu próprio ambiente. Ao longo do tempo, essas atividades ilícitas foram diminuindo, proporcionando um lugar mais seguro e tranquilo para as famílias.

RESILIÊNCIA NA OCUPAÇÃO NOVA CONQUISTA: EM BUSCA DE MORADIA DIGNA

Em 2024 a ocupação Nova Conquista irá completar 8 anos de existência, representando uma jornada de superação e resiliência para seus moradores. Ao longo desse período enfrentaram inúmeras dificuldades, mas através de muita determinação e esforço conjunto, estão conseguindo organizar o espaço e sempre buscando maneiras de melhorar suas condições de moradia, mesmo diante de recursos limitados, estão buscando formas de construir um futuro melhor.

Diante do exposto, identificou-se a carência de políticas públicas nas áreas de saúde, lazer, esportes e saneamento básico, expondo os moradores da ocupação as condições vulneráveis de vida e risco a saúde. A falta de saneamento básico pode contribuir para o surgimento de doenças relacionadas a água e ao ambiente insalubre em que essas pessoas vivem.

Observa-se o quanto essas famílias lutam diariamente para ter uma melhor condição de vida dentro das suas limitações. A falta de acesso a serviços de saúde adequados, as condições sanitárias precárias e a ausência de espaços voltados para a pratica esportiva, são alguns dos problemas que eles enfrentam todos os dias.

Pela falta de asfaltamento nas ruas as crianças e até mesmo os adultos ficam expostos a condições vulneráveis, aumentando o risco a doenças dermatológicas, devido a exposição constante a um ambiente precário. A necessidade diária de transitar por essas ruas, principalmente durante os períodos chuvosos se relaciona com as poças de lama e alagamentos, representando um desafio significativo as pessoas que não conseguem sair de suas casas para realizar suas atividades diárias.

Essa situação impacta diretamente a rotina das pessoas, principalmente ao que tange a ida das crianças à escola, o acesso de veículos como viaturas e ambulâncias, o tráfego de moto e bicicletas com as ruas esburacadas e sem pavimentação. A falta de infraestrutura básica não expõe apenas os moradores a risco de acidente, tal como dificultando suas atividades diárias, evidenciando a urgência de soluções que melhorem as condições de mobilidade e segurança na comunidade.

Através da associação os representantes buscam parcerias que viabilizem a realização de atividades sociais e de saúde dentro da comunidade. Essas parcerias envolvem profissionais da área de saúde, como médicos, enfermeiros, dentista, para oferecer atendimentos médicos e orientações preventivas. Além disso procura-se parcerias com profissionais de beleza, proporcionando um momento de alegria aos moradores. Essas atividades sociais não apenas contribuem para a saúde física e emocional dessas famílias, mas também, promovem um senso de pertencimento e cuidado entre os residentes.

O poder público deve atuar de forma mais efetiva na Ocupação Nova Conquista, reconhecendo que os moradores estão ali por falta de opção, por não terem renda suficiente para comprar um terreno ou casa. É crucial que sejam tomadas medidas para atender às necessidades básicas da ocupação, como a construção de uma UBS que possa oferecer assistência médica adequada.

Além disso, a criação de áreas de lazer, incluindo parquinhos e espaços destinados tanto para as crianças quanto para os adultos, as crianças precisam de locais seguros e apropriados para brincar, longe das ruas com buracos de lama e do sol escaldante. A infraestrutura precisa ser melhorada, bem como o asfaltamento das ruas e medidas para garantir a segurança dos moradores. Essas ações são fundamentais para proporcionar uma melhor qualidade de vida e dignidade para os moradores.

O município deve implementar medidas e ações para tentar solucionar as condições socioeconômica das famílias que vivem na ocupação, como parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de Parintins, proporcionando a esses moradores cursos de capacitação profissional, acesso a microcrédito para empreendedorismo comunitário e oferecer oportunidades de emprego.

Políticas de inclusão social e educacional são fundamentais para atenuar o ciclo de pobreza e oferecer uma perspectiva de melhores condições de vida para essas famílias. Ao investir no ordenamento e regularização da ocupação, o poder público pode contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida e a promoção da dignidade desses cidadãos.

REFLEXÕES DA PESQUISA

A ocupação Nova Conquista não é diferente de outras ocupações urbanas, ela representa uma forma de resistência por um grupo social excluído de baixa renda, onde a população luta diariamente pelo direito a uma moradia digna.

Diante das observações, foi possível mensurar o quanto a desigualdade social está profundamente enraizada no município de Parintins. A existência dessas famílias que não tem recursos financeiros para adquirir um terreno/casa, se veem obrigadas a buscar por alternativas precárias e insalubres, como ocupações irregulares, colocando em risco à própria vida e de seus familiares.

A falta de emprego e a insuficiência de renda contribuem significativamente para a perpetuação dessa situação, deixando essas pessoas à margem da sociedade, muitas das vezes rotuladas como marginais por uma parcela da população.

Nesse contexto, torna-se evidente a urgência de um olhar mais atento por parte das autoridades em relação a essas famílias de baixa renda, sendo imprescindível que as políticas públicas não apenas priorizem a questão habitacional, mas também englobem medidas que promovam o acesso ao emprego, à educação, à saúde, segurança e ao lazer, proporcionando um suporte abrangente para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

Portanto, é essencial criar programas de capacitação profissional e geração de renda que possibilitem a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, contribuindo

para sua autonomia e independência financeira. Somente com um conjunto integrado de ações será possível romper o ciclo de exclusão e marginalização, oferecendo oportunidades reais de desenvolvimento e inclusão social para todas essas famílias.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, C.M; COTTA, R. M.M; SCHOTT M; MAIA, T de M; MARQUES, E.S. **Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa Saúde da Família.** Ciênc Saúde Coletiva 2007; 12(3): 743-53.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal.

CORRÊA, R.L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

CARLOS, A.F.A. **Crise Urbana.** São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, A.F.A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano.** 1. Ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades brasileiras censo.** Municípios, Parintins. IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2024

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa/ pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001

MENEZES. L. S. Ocupação de terra urbana em Parintins: formação do bairro de Itaúna I. *In: III seminário Internacional em Sociedade e cultura na Pan-amazônia.* Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus, 2018. p. 1-15.

PARINTINS. Lei 375, de 06 de outubro de 2006: Plano Diretor do Município de Parintins. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2006.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PINTO. J. R. P; COSTA, F. N. consumo de produtos processados e o seu impacto na saúde dos adultos. *In: Research, Society and Development.* V. 10, N. 14, 202. ISSN – 2525-3409.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4. Ed. São Paulo: Contexto 1991.

SOUZA. N. D. **processo de urbanização da cidade de Parintins (Am): evolução e transformação**. 2013. Tese (doutorado em geografia Humana) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013.